



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS
INCLUSIVAS DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL DIANTE DO ALUNO COM
DÉFICIT COGNITIVO**

Meiry Jane Gomes da Silva

Boa Vista, RR, Brasil

2010

**UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS
INCLUSIVAS DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL DIANTE DO ALUNO COM
DÉFICIT COGNITIVO**

por

Meiry Jane Gomes da Silva

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Boa Vista, RR, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS
DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DIANTE DO ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO**

elaborado por
Meiry Jane Gomes da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos.***

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Márcia Duarte
Orientador**

fulano

fulano

Boa Vista, RR, Brasil

2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DIANTE DO ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO

AUTORA: MEIRY JANE GOMES DA SILVA.
ORIENTADORA: MÁRCIA DUARTE
BOA VISTA, RR, BRASIL.

Este artigo pretende apresentar como as instituições de ensino da Rede Municipal de Boa Vista/RR devem estar organizadas e qual a postura pedagógica do professor diante de uma turma com alunos com déficit cognitivo envolvendo a utilização de práticas educacionais inclusivas nas séries iniciais do ensino fundamental. Será abordado para isso, questões referentes ao entendimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil que ressalta a importância de se garantir, sob a égide dos princípios da inclusão, de reconhecimento e valorização da diversidade, como características inerentes à implementação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, haja vista, utilizar-se aqui de uma pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica, com análise documental, e de campo, com aplicação de questionários, discussão e análise dos resultados. Neste sentido apresenta-se um estudo como forma de se compreender que a construção e organização dos sistemas educacionais inclusivos, o direito de todos à educação, o acesso e as devidas condições de permanência e continuidades de estudos no ensino regular possibilitam avaliar os avanços na área da inclusão educacional, atuação da escola e do professor com alunos com tal deficiência nos últimos anos, bem como, a participação da família nessa caminhada, levando em consideração à necessidade da constante melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem a eles dispensada.

Palavras-Chave: Déficit Cognitivo, Práticas Educacionais, Professor e Inclusão.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 03 |
| 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MOVIMENTO MUNDIAL E SOCIAL NA BUSCA PELA GARANTIA DE TODOS A EDUCAÇÃO..... | 05 |
| 3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO..... | 08 |
| 3.1. Organização Escolar..... | 09 |
| 3.2. Prática Diária do Professor em Sala de Aula..... | 10 |
| 4. METODOLOGIA DO ESTUDO..... | 14 |
| 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 16 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 22 |
| 7. REFERÊNCIAS..... | 24 |

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos dez anos vários foram as leis, documentos e acordos internacionais instituídos com o intuito de garantir o direito de acesso das pessoas com deficiência ao ensino comum e sua efetiva inclusão social. No entanto, o preconceito ainda latente, a falta de políticas públicas adequadas, o despreparo dos profissionais que atuam diretamente com estas e o descumprimento da legislação contribuem para a perpetuação de um quadro de exclusão quando os alunos com necessidades educacionais especiais são incluídos em salas de ensino regular.

Nesta perspectiva, este artigo¹, no contexto educacional inclusivo, que numa visão pedagógica diz respeito ao fato de que as instituições de ensino ao se organizarem adequadamente para o atendimento dos alunos com déficit cognitivo têm a obrigatoriedade de atuarem de forma sistemática, os professores de modificar as metodologias na sala de aula e, a família, por sua vez, deve ter a consciência de sua importância no processo de ensino-aprendizagem na medida em que participa de forma efetiva no seu desenvolvimento, isto pode se apresentar como um desafio encontrado nas instituições educacionais atualmente, pois assegurar o acesso e a permanência do aluno, segundo a Constituição Federal de 1988, não é só matriculá-lo para que tenha o devido atendimento ou ser incluído no ambiente escolar, vai além. Requer todo um planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Abordar a importância da utilização de práticas educacionais inclusivas nas séries iniciais do Ensino Fundamental diante do aluno com déficit cognitivo nos proporciona direcionar duas óticas. A primeira refere-se à forma pela qual as instituições de ensino estão organizadas com relação ao Atendimento Educacional Especializado – AEE. A segunda, diz respeito à prática diária do professor em sala de aula. Dessa forma, a problemática propulsora deste estudo ampara-se no seguinte: como as instituições de ensino da Rede Municipal de Boa Vista/RR estão organizadas com relação ao AEE e como se define a prática diária do professor diante de uma turma com alunos que apresentam déficit cognitivo.

¹ Artigo Científico de divulgação de resultados e procedimentos havidos em pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica, com análise documental, e de campo, com aplicação de questionários, análise, discussão e interpretação dos resultados.

Sabemos que nem sempre quem tem déficit cognitivo está matriculado na escola regular e, quando está, na maioria das vezes não recebe atendimento adequado a sua necessidade específica. Entretanto, para reverter esse quadro, é fundamental que pais e comunidade escolar, em especial os professores, conheçam os mecanismos apropriados para atender as especificidades de todos os alunos, pois a desculpa de que a escola e professores não estão preparados para receber alunos com deficiência, há muito tempo, já não é mais aceita.

O interesse por realizar este estudo é também ressaltar a idéia de que professores e gestores devem lembrar que no mundo atual, já não é mais o aluno que tem que se adequar a escola, mas esta deve se organizar para atender a diversidade além de entender que não há respaldo legal para recusar a matrícula de quem quer que seja, bem como oferecer contribuições que permitam a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas educacionais inclusivos, é que se propôs esta pesquisa.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MOVIMENTO MUNDIAL E SOCIAL NA BUSCA PELA GARANTIA DE TODOS A EDUCAÇÃO.

A educação inclusiva é hoje um movimento mundial estabelecido pelos marcos legais e declarações internacionais, sendo, sobretudo, um movimento social que busca garantir o direito de todos à educação como estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, que por sua vez é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/96.

O movimento pela inclusão repercute e os grupos sociais avançam e se apropriam dos conceitos que estão se consolidando. A inclusão educacional é, hoje, uma realidade (...). Não se trata de votar uma política, mas de estabelecer um consenso em torno do que deve ser feito, do que pode ser feito e do que é direito da criança que se faça. A inclusão estimula, enseja e provoca, reforçando a tese de que o benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado (HADDAD *APUD* CIBEC/MEC, 2005, P. 05).

No entanto, apesar das garantias legais observamos a ineficiência das escolas no atendimento dispensado aos alunos com déficit cognitivo, o que requer uma urgente reforma e implementação de práticas pedagógicas efetivas que melhorem a qualidade do ensino oferecido.

Nesse contexto, identificar os mecanismos que facilitam ou até mesmo dificultam o processo ensino-aprendizagem torna-se viável para o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas que viabilizem o atendimento as particularidades de cada aluno. Para tanto, apóio-me nas palavras de Arantes *apud* Pacheco (2007, p. 40) ao dizer que:

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo paradigma, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica a escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas.

Com base nas idéias do autor, os alunos deficientes são seres dotados de cognoscibilidade, com interesses, necessidades, como toda e qualquer pessoa independentemente de suas limitações intelectuais.

Como as pessoas sem deficiência, os deficientes desejam ser livres, respeitados e independentes, na vida escolar ou fora dela e cabe a nós, educadores, oferecer-lhes oportunidades para que possam ser responsáveis por seus atos, ter aspirações, competir com os demais sem serem logrados pela super-proteção ou pela desvalorização prévia de sua capacidade.

É por isso que é de grande relevância hoje que o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar seja algo bastante difundido, principalmente por entender que os professores devem saber como recebê-los e lidar com as diferentes situações em sala de aula e fora dela, bem como a equipe gestora necessita garantir a sua permanência como forma de desenvolver um trabalho direcionado aos desafios enfrentados no ambiente escolar, pois se acredita que:

Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte (CARVALHO, 2009).

A escola inclusiva é uma instituição de ensino integrada à sua comunidade, haja vista possuir uma forte parceria com os pais e com a comunidade local. Não é inclusiva somente por receber e propiciar um espaço acolhedor e de aprendizagem a todos os alunos, mas é inclusiva também por trabalhar diferentes temas de grande discussão na sociedade atual.

Outro ponto importante e de destaque é o grande papel que a educação assumiu nos últimos tempos, como pode ser verificado a partir do discurso e de propostas que revelam a intenção de garantir educação para todos, expressa pela necessidade de, segundo Mazzotta (2002, p. 36):

Efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que a requeiram ou educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser completamente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

O que deve haver, na verdade, é um melhor planejamento das políticas públicas da educação com o compromisso único de viabilizar verdadeiramente uma educação de qualidade, como um direito da população com uma diversidade de recursos educacionais e profissionais capacitados.

A inclusão escolar é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas que necessitam ser incluídas ou não (CARVALHO, 2001). A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais implica redimensionamento curricular dos processos de ensino-aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição.

Assim sendo, a educação inclusiva enquanto um movimento mundial e social na busca pela garantia de todos a uma educação de qualidade torna-se, na medida de seu entendimento, uma ação política, cultural, social e pedagógica, principalmente pelo fato de desencadear diversos aspectos referentes à defesa do direito de todos à educação, sem nenhum tipo de discriminação individual, coletiva e/ou social.

Este é um movimento que se constitui em um paradigma educacional fundamentado especialmente nos direitos humanos. Ao tratar-se disso, reconhece que as dificuldades existentes atualmente nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de se repensar os verdadeiros valores que o norteiam, confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas de superação.

3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO.

As leis que garantem a inclusão e a existência de pessoas com deficiência no ensino regular já é uma realidade há um bom tempo e, por isso, não há mais espaço para o discurso de que o professor não foi preparado para ensinar uma criança com deficiência. Em virtude disso, a formação continuada dos professores torna-se instrumento importante para que a escola atenda com qualidade de ensino todos os alunos.

Isto ocorre porque a própria legislação garante, indistintamente, a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o AEE as crianças com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, preferencialmente no ensino regular. A criança que apresenta uma ou mais dessas necessidades deve ser matriculada em escola comum onde, possa conviver com crianças ditas normais e receber no contra turno tal atendimento.

O aluno que apresenta déficit cognitivo é alguém que apresenta uma causa básica para todos os sintomas que acompanham as síndromes, dentre as quais está presente, um determinado grau de prejuízo cognitivo importante. Tal prejuízo se manifesta especialmente de duas formas: diminuição do quociente de inteligência e prejuízo das capacidades cognitivas, principalmente de memória, atenção e concentração (BRASIL, 2005).

Existem vários tipos de transtornos, mas os mais conhecidos e de grande frequência nas escolas, segundo informações disponíveis pelo sistema do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2006), são:

- Transtorno de Déficit de Atenção – TDA;
- Transtorno de Déficit de Atenção: Hiperatividade – TDHA;
- Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor – ADNPM;
- Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – TID;
- Déficit no Processamento Auditivo Central – DPAC;
- Déficit Cognitivo e da Independência e Déficit Intelectual;
- Dislexia;

- Hidrocefalia.

Na perspectiva da educação inclusiva, vale ressaltar que, a promoção do AEE com relação às NEE² de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o que ocorre é a articulação com o ensino comum. Ou seja, as ações são direcionadas para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional, orientando a organização escolar e das demais redes de apoio, a formação continuada dos profissionais da educação, a identificação e a implementação de recursos e serviços e o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas.

3.1. Organização Escolar

Segundo Galvão, Bezerra e Figueiredo apud (BRASIL, 2007), a escola atual tem um grande desafio: garantir o acesso a todos os indivíduos, onde nenhum aluno pode ser excluído e todos possam fazer parte do sistema educacional de ensino. Para organizar situações de ensino e o espaço da sala de aula com o intuito de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição escolar, gestores e professores devem ter consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade.

Desta forma, a escola deve reconhecer que o respeito à diversidade se evidencia nas práticas educativas adotadas, no trabalho desenvolvido pela comunidade escolar, no respeito às diferenças e nas atitudes dos professores, gestores e alunos.

Assim, partindo do pressuposto de que a educação inclusiva é de grande relevância para propiciar a todos uma educação de qualidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania como trata a Constituição Federal no art. 205, ao afirmar que todos somos iguais perante a lei, independente de raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela, a resolução CNE/CEB nº 02/2001 declara que os sistemas de ensino devem receber e matricular

² NEE – Necessidades Educacionais Especiais.

todos os alunos cabendo as escolas se organizarem para prestar o devido atendimento aos educandos com NEE, assegurando para isso, o que estabelece a legislação vigente (Macedo, 2005).

A escola deve procurar responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, observando o estágio em que o aluno se encontra, levando em consideração seus conhecimentos prévios para assim propor e elaborar estratégias onde ele possa aperfeiçoar seus conhecimentos, privilegiando o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, comunicativos e outros (CARVALHO, 2003, p. 63).

Mas, para que isso ocorra faz-se necessário promover algumas adaptações no ambiente escolar, sejam elas arquitetônicas, de materiais, recursos humanos ou não. E, acima de tudo, a escola deve reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada.

3.2. Prática cotidiana do Professor em Sala de Aula

O Atendimento Educacional Especializado – AEE exige do professor esforço, força de vontade, responsabilidade e compromisso, além de se fazer necessário que este em sua prática diária, modifique as avaliações, os planos de aula e demais atividades de acordo com as necessidades e especificidades dos alunos.

Carvalho (2003) coloca que, o professor deve conhecer a natureza de suas necessidades, examinar tanto as suas dificuldades quanto suas possibilidades, relacionando-as com o contexto escolar. Isto, sem dúvida, tem permitido a tomada de decisões quanto às adequações na resposta educativa das salas de aulas e nas intervenções pedagógicas que se fazem necessárias.

A sala de aula é o ambiente que proporciona ao professor construir sua ação mais efetiva na medida em que este profissional utiliza-se de estratégias diversificadas e que favoreçam de fato a inclusão, a qualidade do ensino e o sucesso de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A perspectiva de um ensino para todos aberto às diferenças, avaliando a aprendizagem pelo percurso do aluno no decorrer do ano letivo, leva-se em conta o que ele é capaz de fazer no enfrentamento de novos desafios, na

construção de saberes para a organização e participação da vida escolar, considera-se o sucesso do aluno em todas as suas particularidades e em todos os aspectos do seu desenvolvimento (CARVALHO, 2003, p. 148).

Isso tem muito haver com o fato de que sempre que o professor realiza seu planejamento, ele faz uma sondagem sobre o que a turma já sabe e a partir daí desenvolve uma metodologia para trabalhar um conteúdo novo ou específico. Com uma turma em que há alunos inclusos, tal postura deve ser a mesma. O desempenho de cada aluno deve ser avaliado frente ao conhecimento prévio que tinha sobre o conteúdo ou assunto abordado, sempre levando em consideração as potencialidades individuais de cada educando, o que construiu a partir do que já conhecia, seja ele deficiente ou não.

Há muito tempo se busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a individualização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pois, entende-se que as discussões a respeito da inclusão devem ser ampliadas e estendidas a toda comunidade escolar, para que haja o entendimento e respeito às diferenças, já que somos todos diferentes com um jeito próprio de pensar e agir (Carvalho, 2003).

Por conta disso, hoje, mais do que nunca, cabe à escola e sua equipe conhecer seus alunos e suas especificidades. Pois, se ela deseja de fato ser inclusiva, ela deve estar organizada, dispondo de um Projeto Político Pedagógico elaborado em conjunto com os diferentes segmentos que a compõe e que respeite as individualidades, contemplando adaptações e ampliações nas diferentes atividades escolares. Essas ações devem ser uma prática cotidiana no fazer pedagógico e o professor deve tomar o cuidado de não atribuir dificuldades de aprendizagem que venham interferir no desenvolvimento dos educandos (Carvalho, 2001).

Neste contexto, dentre as mais variadas práticas educacionais inclusivas existentes atualmente, Macedo (2005) aborda o Atendimento Educacional Especializado – AEE, a Sala de Recursos Multifuncionais, a adaptação Curricular, a adaptação metodológica e a adaptação da Estrutura física da escola que serão descritas a seguir:

▪ **Atendimento Educacional Especializado – AEE**

Este é um serviço da Educação Especial, de caráter complementar ou suplementar, voltado para a formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover acesso, participação e interação nas atividades escolares.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é feito através da sala de recursos multifuncionais que por necessidade deste atendimento dispõe de apoio e complemento para favorecer a aprendizagem diante das dificuldades específicas de cada aluno, aprendendo o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e assim, abordando de início os conhecimentos adquiridos através da sua base conceitual e habilidades a fim de abordar métodos e consolidação no processo cognitivo, facilitando sua transição de um estágio para outro.

Ou seja, ele perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sem substituí-los, garantindo o direito de todas as crianças, jovens e adultos à educação escolar comum. Ele constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, todavia, participam do atendimento os alunos que dele necessitam. O Atendimento Educacional Especializado - AEE é realizado no turno oposto ao da sala de aula do ensino regular.

▪ **Sala de Recursos Multifuncionais**

Segundo Batista (2006), a sala de recursos multifuncional é o espaço localizado na escola de educação básica onde se realiza o AEE. Ela é constituída de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos e de professores com formação para realizar o AEE.

O critério para implantação de salas de recursos multifuncionais é a matrícula de aluno público-alvo da educação especial (com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação) em escola pública da rede regular de ensino (municipal ou estadual), sendo contrapartida da gestão local o

espaço físico na escola para a implantação da referida sala e um professor com formação inicial ou continuada em Educação Especial para realizar o AEE.

- **Adaptação Curricular**

Segundo Barros *et al* (2008), a adaptação dos conteúdos a serem trabalhados no letivo, trabalhos, atividades, etc., mesmo, no ensino regular, que não há um currículo especial para alunos com necessidades educacionais especiais, mas parte-se do princípio de que a todos devem ser fornecidas as mesmas oportunidades de aprendizagem, adaptáveis às diferentes necessidades educativas.

Numa concepção inclusiva, a adaptação curricular é realizada pelo próprio aluno que testemunha a sua emancipação intelectual, sendo esta, consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que ele assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já sabe (Barros *et al*, 2008).

- **Adaptação Metodológica:**

É a adaptação feita pelo professor da metodologia a ser utilizada em sala de aula tomando como base os alunos que necessitam de uma atenção especial, como é o caso dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. “Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses” (BRASIL, 2006, p. 17).

- **Adaptação da Estrutura Física da Escola:**

Segundo (Barros *et al*, 2008), a adaptação arquitetônica, como, por exemplo, rampas em vez de somente escadas, carteiras e mesas, etc. É imprescindível que a

escola promova adaptações arquitetônicas e assim, os alunos podem usufruir plenamente todos os espaços escolares. Tais adaptações garantem um melhor acesso e permanência não só aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também favorece o desenvolvimento de relações sociais, pessoais e interpessoais entre os diferentes atores educacionais (equipe gestora, professores, funcionários, pais, alunos, comunidade escolar e local), além de, quebrar estigmas e paradigmas.

Ao se pensar sobre essa questão tem-se aí o fato da acessibilidade em destaque, pois, não haverá inclusão de fato, se houver apenas a dedicação e a boa vontade dos professores e funcionários das escolas. É preciso que a infra-estrutura dos ambientes de ensino seja coerente com os princípios de inclusão, e espelhe o respeito a estes alunos, através do cuidado com instalações, tecnologia e equipamentos aptos a recebê-los sem restrições, num meio ambiente atento às diferenças e a diversidade.

4. METODOLOGIA DO ESTUDO

Sob o ponto de vista metodológico, optou-se pela pesquisa do tipo e qualitativa exploratória pelo fato de abranger, dentre outros aspectos, além da análise bibliográfica, a formulação de questões ou de problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (Marconi e Lakatos, 2007).

É um estudo bibliográfico na medida em que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. E, é qualitativa exploratória pelo fato de possibilitar observar e coletar dados referentes ao tema em estudo com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Por conta disso, como em toda pesquisa a coleta de dados tratou-se de uma leitura atenta e sistemática que se fez acompanhar de anotações e fichamentos que, contribuíram para a construção de todo o referencial teórico do estudo, o que permitiu a aplicação de questionários, com perguntas do tipo fechadas, a 106

professores de salas comuns e 06 das salas de recursos multifuncionais que prestam o Atendimento Educacional Especializado da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR e com 94 mães de alunos com déficit cognitivo, num total de 51 escolas, todas municipais, após delimitar-se a amostragem, como forma de se alcançar os objetivos propostos, além de análise, discussão e interpretação dos resultados.

Considerando que, “a pesquisa é um componente necessário à formação de qualquer profissional da educação” (Freire, 1996, p. 45), e como tal, permite ao pesquisador elaborar inúmeras estratégias para se alcançar os objetivos propostos em sua linha de pesquisa.

O presente trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira etapa se deu com a aplicação de questionários com perguntas do tipo fechada, destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista, com o objetivo de conhecer as práticas educacionais inclusivas, bem como, verificar como a escola se organiza mediante este atendimento e conhecer o que pensa a família em relação à inclusão escolar destes alunos. A segunda etapa foi à análise, tabulação e interpretação dos resultados.

Foram dois os questionários aplicados aos professores da classe regular e os do Atendimento Educacional Especializado – AEE. O primeiro teve como objetivo conhecer a organização de sala de aula com questões ao qual o professor deveria responder com base em uma legenda que se expressava em: 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo parcialmente, 3 – Neutro, 4 – Concordo parcialmente e 5 – Concordo totalmente. O segundo buscava identificar as práticas utilizadas em sala de aula e tinha como opções de respostas a legenda: Sim, Não e Às vezes.

O questionário direcionado à família que procurava entender a relação lar e escola delimita-se apenas à: sim, às vezes e não. Pois, o interesse neste caso era traçar um pequeno diagnóstico sobre o papel destes sujeitos, enfatizando que, por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores e demais funcionários, nunca, nenhum destes atores, por maior esforço que façam, vão conseguir suprir a carência deixada por uma família ausente. Pai, mãe, avô, avó, tios, quem quer que tenha a responsabilidade pela educação de um aluno deve dela participar efetivamente sob pena de a escola não conseguir atingir seus objetivos escolares.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando o questionário aplicado aos professores do Ensino Regular, 106 professores, e do AEE, 06 professores, foi possível observar que todos, independentemente de trabalharem nas salas de recursos multifuncionais ou não, já que a maioria tem em suas salas de aula, classe regular, alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nelas, eles possuem grande embasamento teórico e prático de atuação, pode-se dizer ainda, que a maioria dos professores entrevistados procurou manter-se fidedigno ao que estava sendo perguntados, apenas 17 professores em alguns momentos preferiram não responder. Não se sabe, portanto, dizer precisamente qual o motivo disso, mas o resultado da pesquisa foi satisfatório, atendendo assim, as expectativas e objetivos elencados.

De acordo com os dados pode-se observar que, o professor tem consciência de seu papel de responsabilidade para com o atendimento do aluno com déficit cognitivo e dos demais alunos ditos “normais” e, entende que ao se tratar da aprendizagem na escola, ele não deve ser o único detentor do conhecimento, ao contrário, deve ter a capacidade de ver o outro, de captar a aprendizagem já existente no estudante, ou seja, consegue visualizar claramente que o conhecimento passa a ser fruto de uma construção coletiva, e, assim, ele torna-se mediador do processo educativo.

Contudo, é necessário conhecermos o pensamento dos professores quanto ao atendimento do aluno com déficit cognitivo e dessa forma contribuir para a implementação de ambientes educacionais inclusivos.

Assim, foram feitas 08 perguntas sobre a organização da sala de aula e 07 especificamente sobre a prática pedagógica. Com relação ao questionário sobre a organização de sala de aula, na primeira questão, ao serem perguntados se concordavam que cada aluno tinha necessidades educacionais especiais, 8 professores disseram discordar totalmente, 8 disseram discordar parcialmente, 2 manteve-se neutro, 35 disseram concordar parcialmente, 53 disseram concordar totalmente e apenas 6 não informou nenhuma resposta.

Na segunda pergunta, ao serem indagados se concordavam que a resposta a essas necessidades estavam dentro das condições de sala de aula, 4 professores disseram discordar parcialmente, 4 discordaram totalmente, 8 mantiveram-se

neutros, 64 concordaram parcialmente, 30 concordaram totalmente e apenas 2 não informaram resposta alguma.

A terceira pergunta verificava se alguns dos aspectos do trabalho de sala de aula precisavam ser mudados, no qual 6 professores disseram discordar parcialmente, 2 discordavam totalmente, 10 mantiveram-se neutros, 44 concordaram parcialmente, 49 concordaram totalmente e apenas 1 não informou resposta alguma.

A quarta pergunta referia-se ao fato de precisarem de apoio de algum tipo para melhorar as habilidades a fim de atender as diversas necessidades dos alunos ao qual 1 professor manteve-se neutro, 18 concordaram parcialmente, 92 concordaram totalmente e 1 não informou resposta.

A quinta pergunta procurava saber se a aprendizagem dos alunos melhorava em decorrência das mudanças de práticas pedagógicas, onde foi possível verificar que 4 professores mantiveram-se neutros, 32 concordaram parcialmente, 74 concordaram totalmente e 2 não informaram resposta.

Com relação à sexta pergunta que procurava saber se o trabalho de sala de aula tem respondido cada vez mais aos anseios de cada aluno, 1 professor disse discordar totalmente, 1 disse discordar parcialmente, 3 mantiveram-se neutros, 54,47% disse concordar parcialmente, 37,83% disse concordar totalmente e apenas 2,2% não informou nenhuma resposta.

No que diz respeito à sétima pergunta, que investigava se os alunos desenvolviam mais habilidades no trabalho em grupo do que em outras atividades, 1 professor disse discordar parcialmente, 3 mantiveram-se neutros, 42 disseram concordar parcialmente, 63 disseram concordar totalmente e apenas 2 não informaram nenhuma resposta.

A oitava questão, por sua vez, verificava se a troca de idéias com outros professores com os pais dos alunos e com a escola era importante, 1 professor manteve-se neutro, 2 disseram concordar parcialmente, 107 disseram concordar totalmente e apenas 2 não informaram nenhuma resposta.

Tais resultados implicam verificar que a aprendizagem significativa, neste caso deve ser globalizada, pois quanto mais globalizado for o aprendizado, maior e mais estável será seu significado para o aluno, mais estável será sua retenção e maior a sua transferência e funcionalidade. Dessa forma, a ação educativa se torna significativa, na medida em que esta está pautada nas necessidades reais da vida

do aluno, nos conhecimentos que podem ser resultado de experiências educativas anteriores ou aprendizagem espontânea dos alunos, que podem estar ajustadas ou não às exigências da nova aprendizagem.

Entender o processo ensino-aprendizagem neste contexto requer um planejamento coletivo, pois só assim, os educadores irão adquirir consciência política e conhecimentos significativos a respeito do planejamento escolar (VASCONCELLOS, 1995, P. 30).

É por isso que muitos estudiosos apontam o planejamento no fortalecimento da relação professor/aluno como sendo um caminho em busca de soluções, compreendendo-o em seus fundamentos e, o seu enfoque, no âmbito educacional, manifesta-se, portanto, como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de soluções possíveis às dificuldades relacionadas tanto ao ensino e mudança de prática pelo professor, quanto à pesquisa e no que diz respeito à maneira como o conhecimento vem sendo construído.

Com relação ao questionário ainda direcionado aos professores com ênfase voltada para a prática pedagógica, a primeira questão verificava se o trabalho colaborativo fazia parte de seus planos de aulas, 95 professores disseram que sim, 10 às vezes, 1 não e 6 não informaram resposta.

Sobre a segunda pergunta que se referia ao fato do planejamento ser feito considerando os diferentes níveis de conhecimento, 71 professores disseram que sim, 37 às vezes, 1 não e 3 não informaram resposta.

A questão três procurava saber se o professor utilizava a aprendizagem pela investigação, ao quais 78 professores disseram que sim, 30 às vezes, 1 não e 3 não informaram resposta.

A quarta questão verificava se as atividades que apoiavam a interação dos alunos eram planejadas com antecedência, 98 professores disseram que sim, 12 às vezes, 1 não e 1 não informou resposta.

A quinta questão, por sua vez, perguntava se na escola havia momentos de reflexão a fim de melhorar o trabalho de sala de aula e intensificar o desenvolvimento dos alunos, 72 professores disseram que sim, 37 às vezes, 2 não e 1 não informou resposta.

No que diz respeito à sexta pergunta, foi verificado se o professor reconhecia que cada aluno era um ser único com necessidades específicas, 102 professores disseram que sim, 3 às vezes, 3 não e 4 não informaram resposta.

Com relação a sétima e última pergunta, que buscava saber se o professor utilizava recursos pedagógicos que despertassem o interesse do aluno, 90 professores disseram que sim, 16 às vezes, 3 não e 3 não informaram resposta.

De acordo com as respostas foi possível constar que a ação pedagógica – organização e reflexão da prática de sala de aula – através da prática diária e do planejamento constante aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O seu objetivo tornou-se a experimentação da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno e do professor.

Já com relação ao questionário aplicado as 94 mães no qual continha 11 questões, onde a primeira pergunta verificava se os pais tinham consciência de que era sua a responsabilidade de criar uma ligação entre a escola e o lar, 87 mães disseram que sim, 6 às vezes e 1 não.

A segunda pergunta verificava se eles achavam necessário acompanhar de maneira próxima o trabalho desenvolvido pelo professor, 85 mães disseram que sim, 7 às vezes e 2 não. A terceira questão referia-se ao fato de as mães considerarem a colaboração com o professor uma parte importante para o sucesso do aluno, 91 mães disseram que sim e 3 às vezes.

A quarta pergunta procurava saber se a expectativa quanto à colaboração com a escola era clara, ao quais 79 mães disseram que sim, 12 às vezes, 1 não e 2 não informara resposta. Com relação à quinta pergunta que verificava se o contato com o professor acontecia regularmente sem ter uma razão especial, 61 mães disseram que sim, 22 às vezes, 8 não e 3 não informaram resposta.

No que diz respeito à sexta pergunta, se elas conheciam o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, 28 mães disseram que sim, 19 às vezes, 46 não e 1 não informou resposta. A sétima questão verificava se as mães gostariam de serem parceiras da escola no trabalho voluntário, 54 mães disseram que sim, 17 às vezes, 23 não.

A oitava pergunta relacionava ao fato de saber se elas acreditavam na inclusão, 87 mães disseram que sim, 4 às vezes, 2 não e 1 não informaram

resposta. A nona questão, por sua vez, buscava saber se elas reconheciam a sua responsabilidade com a educação de seus filhos, 92 mães disseram que sim, 1 às vezes e 1 não.

Com relação à décima pergunta que verificava se elas acreditavam no desenvolvimento de seus filhos, 92 mães disseram que sim, 1 às vezes e 1 não. A questão de número onze buscava saber se elas acreditavam no trabalho que a escola vinha desenvolvendo com seu filho, 87 mães disseram que sim, 6 às vezes e 1 não.

Foi possível constatar com a realização dessa coleta de dados que a escola é um espaço importante no processo de integração dos seus diferentes segmentos porque veicula conhecimentos, desenvolve relações de amizade, possibilita a convivência, o diálogo e a participação. E, como tal, nos permite debruçar-se sobre ela para compreendê-la nos seus mais diferenciados aspectos, pois se acredita que a solução para muitos dos problemas educacionais está na:

Inserção do coletivo, na constante busca de superação lançando alternativas para mediar os desafios constantes e pertinentes da escola como sendo um espaço formador, é, também, um lugar de transmissão de uma geração à outra dos conhecimentos sistematizados, bem como um lugar onde se criam novos conhecimentos, inclusive onde se cria cultura (DOURADO, 2001, P. 45).

Em outras palavras, a educação escolar baseia-se na formação do indivíduo em um cidadão crítico reflexivo e que tenha consciência de seu importante papel na construção – ou desconstrução – da sociedade em que está inserido. A escola tem como função estimular a construção do conhecimento nas áreas do saber, consideradas fundamentais para o processo de formação de seus alunos.

Essa é uma missão específica da escola, portanto, nenhuma família tem a obrigação de ministrar ou transmitir informações específicas ou científicas. Por outro lado, não cabe ao profissional da educação assumir responsabilidades inerentes à família do aluno. Porém, deve despertar tratamentos respeitosos, confiantes e afetuosos, como profissional e membro da sociedade que é, mas não como membro da família (Chalita, 2001).

Percebe-se, hoje, que a escola assume funções outrora reservadas à instituição familiar, não conseguindo suportar tantas atribuições. Pois, em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica

(Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), tem como função social formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo.

Esse cidadão deve não apenas saber escolher bem os governantes, mas assumir sua condição de sujeito, exercendo seu papel dirigente na definição do seu destino, dos destinos de sua educação e da sua sociedade. Nessa perspectiva, ser cidadão, como dizia Freire (1996), é ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

No que diz respeito ao questionário direcionado aos pais apenas 8 entrevistados deixaram de responder e, mesmo assim, foi possível observar que a família tem consciência da sua responsabilidade perante a aprendizagem do aluno, só precisa saber como colocar em prática e tornar-se mais participativa nesse processo.

A família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independente de sua formação. É no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, com a linguagem, com a aprendizagem e aprende os primeiros valores e hábitos. Tal convivência é fundamental para que a criança se insira no meio escolar sem problemas de relacionamento disciplinar, entre ele e o outro (Tiba, 1996).

Inúmeros estudos mostram que a presença dos pais e responsáveis na vida escolar das crianças e jovens é extremamente positiva e que as escolas que têm maior participação das famílias apresentam maior qualidade e melhor desempenho coletivo (Tiba, 2002).

Existem fortes evidências de que o envolvimento familiar tem impactos positivos na aprendizagem e socialização de crianças e jovens, sendo decisivo para o seu sucesso escolar. Pois, é de responsabilidade da família a educação dos filhos. Ela deve escolher uma escola que pratique os mesmos valores da família e que tenha uma proposta pedagógica que vá ao encontro dos seus objetivos frente à formação educacional dos filhos. Assim, é possível estabelecer uma condição de parceria e confiança mútua: condições essenciais para o sucesso do processo educacional (Tiba, 1996).

Assim sendo, a família tem uma função indispensável para o crescimento e desenvolvimento da pessoa em todos os sentidos. É dela que normalmente se espera que logo ao nascer a criança receba alimento, proteção e apoio para desenvolver-se até chegar a atuar com autonomia no mundo. E, embora as formas de organização familiar tenham se modificado, o grupo familiar continua a ser o primeiro espaço de educação da criança. E, se constitui num modelo social, ao mesmo tempo em que, um espaço dinâmico e interativo e de muitas relações, onde a criança desde que nasce começa a interagir, a se socializar e a aprender (Chalita, 2001).

Existe no interior desta organização a definição de papéis e de funções. E, estes papéis e todas as relações que aí se estabelecem são permeadas por crenças e valores que o grupo desenvolve, associados à comunidade mais ampla onde este se insere. Assim, mais do que reconhecer o grupo familiar como um espaço real e poderoso na formação da criança, é preciso perceber que a natureza e a qualidade das relações que nele acontecem são relevantes e determinantes fortes no desenvolvimento da criança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos e do conhecimento a respeito do contexto no qual a Rede Municipal de Boa Vista/RR encontra-se inserida, pode-se afirmar que o professor assume importante responsabilidade no trabalho em sala de aula com o aluno com déficit cognitivo, ele é referência e mediador da aprendizagem. O aluno tem na figura do professor, alguém em quem confiar. Ele estabelece laços de afetividade e amizade.

Esse relacionamento professor-aluno só se efetiva por meio de ações voltadas para a mobilização do corpo discente, principalmente, porque, nunca é demais conversar com os alunos na sala de aula, no intervalo, nos corredores, gerar um ambiente propício à amizade, promover atividades esportivas e culturais, extraclasse e extracurriculares. Estas são algumas das ações que podem ser realizadas como forma de contribuir para o enriquecimento do aprendizado e das relações existente entre ambos.

Com relação à escola, esta deve construir instrumentos, como questionários, observações que possam identificar e caracterizar com clareza e precisão sua população escolar, de forma que essas informações obtidas permitam que a equipe escolar possa elaborar em conjunto um planejamento anual de atividades que seja capaz de atender de forma significativa as deficiências e dificuldades encontradas e apresentadas por todos os alunos. Assim como, promover formação continuada aos professores e demais profissionais é essencial para garantir a construção de conhecimentos sobre as diferentes características do desenvolvimento da escola e aprendizagem dos alunos.

A família, por sua vez, como célula da sociedade, constitui-se o primeiro elo de socialização, de humanização. Ela é extremamente importante para o desenvolvimento do aluno com déficit cognitivo que seja advindo de uma família, pelo menos emocionalmente estruturada, isso irá contribuir sobremaneira para a sua formação enquanto cidadão, o que reflete, substancialmente, na relação do indivíduo com a escola, o convívio, o aprendizado, o saber portar-se diante do outro (Tiba, 2002).

Desta forma, contribuir para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva significa construir uma escola cujos profissionais podem ser incitados a pensar e discutir seus próprios valores, repensar categorias, criar alternativas e (re) conhecer o PNEE como alguém capaz de aprender independente de qual seja a sua deficiência ou limitação.

Rever concepções, comportamentos e práticas socialmente instituídos e aceitos, exige o compromisso mútuo entre os atores da comunidade escolar, para que assim, se possa fortalecer o processo de inclusão escolar que pode e deve ser pensado segundo a legislação que o estabelece, extinguindo, para isso, qualquer atitude excludente explícita, que impeça a inserção escolar da pessoa com deficiência.

7. REFERÊNCIAS

BARROS, Ivanilde de Lima *et al.* **Proposta Curricular Municipal – do ensino fundamental de nove anos das séries iniciais.** Prefeitura Municipal. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRANDÃO, Carlos da F. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).** 3. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?**, módulo V. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Educação Inclusiva.** Disponível em: <www.geocities.com> Acesso em: 05 Out. 2009.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Progestão: Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Módulo II. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. **Ensaio Pedagógico – Construindo escolas inclusivas.** 1. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

_____. **Ensaio Pedagógico – educação inclusiva: Direito à diversidade.** 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. **Ensaio Pedagógico – educação inclusiva: Direito à diversidade.** 3. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** São Paulo: Artmed, 2005.

MARKONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional.** São Paulo: Mackenzie, 2002.

PACHECO, Jose. **Caminhos para inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** 41. ed. São Paulo: Gente, 1996.

_____. **Quem ama educa.** 2. ed. São Paulo: gente, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo.** São Paulo: Libertad, 1995.